
AO JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS
E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXX.

Autos nº XXXXXXXXXXXXXXX

FULANO DE TAL, devidamente qualificado nos autos em
epígrafe, vem, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da
Defensoria Pública do XXXXXXXXXXXXXXX, com fulcro no art.
1.009 e seguintes do Código de Processo Civil - CPC, além das
demais disposições legais atinentes à espécie, interpor o presente
recurso de

APELAÇÃO

face aos termos da sentença prolatada ao ID xxxxxxxx, nos autos
do processo em que é apelada fulana de tal, já qualificada na
inicial, pelos fundamentos de fato e de direito alinhavados nas
razões que seguem.

Oportunamente, o apelante reitera que teve a
gratuidade de justiça deferida em decisão de ID xxxxxx, eis que
não possui condições financeiras de custear o processo sem

prejuízo à subsistência.

Ante o exposto, postula sua ulterior remessa ao Colendo Tribunal de Justiça do xxxxxxxxx e Territórios, com vistas à apreciação como de direito, independentemente de juízo de admissibilidade (art. 1.010, §3º, CPC).

Nestes termos, pede deferimento.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

fulano de tal
Defensor Público

RAZÕES DE APELAÇÃO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RELATOR,
EGRÉGIA TURMA,

I - TEMPESTIVIDADE DO RECURSO:

O presente recurso é tempestivo.

A Defensoria Pública possui a prerrogativa legal da contagem do prazo em dobro para todas as manifestações processuais, nos termos do art. 186 do CPC. Outrossim, consta do expediente eletrônico que foi enviado para a DPDF que o prazo final ocorrerá na data de 22/06/2023.

Sentença (xxxxx) - Prioridade: Normal - ID do documento (xxxxxxx)

Fulano de tal

Representante: DEFENSORIA PÚBLICA DO xxxxxxxxxxxxxxxx

Expedição eletrônica (30/04/2023 12:44:46)

O sistema registrou ciência em 10/05/2023

23:59:59 Prazo: 30 dias

22/06/2023 23:59:59 (para manifestação)

Assim, presentes os requisitos de admissibilidade intrínsecos e extrínsecos, requer-se o conhecimento do recurso de apelação, pois tempestivo, subscrito por defensor público e dispensado de preparo, ante a gratuidade de justiça já deferida.

II - DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

A gratuidade da justiça é direito fundamental dos que não possuem recursos para custeá-la, previsto no artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, segundo o qual *"o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos"*, em combinação com o inciso XXXV, *que determina que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"*.

O artigo 98 do CPC/2015 prevê que *"a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei"*.

No presente caso, a gratuidade de justiça restou deferida na primeira instância, consoante a decisão de ID xxxxxxxx

III - SÍNTESE DOS FATOS:

Trata-se de ação de divórcio litigioso, ajuizada em 2023 pelo apelante em face de fulana de tal , em que requereu a decretação do divórcio judicial, visto estarem separados de fato desde maio/2020. O casal não têm filhos menores, nem bens e

dívidas em comum a partilhar, optando pelo retorno do nome de solteiro.

Em contestação (ID xxxxxxxxxxxx), a apelada confirmou os fatos narrados na exordial e alegou que o apelante lhe dava uma ajuda de custo no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, além de mantê-la como dependente em seu plano de saúde, visto ter sido acometida de câncer de mama em 2016. Por fim, requereu a fixação de alimentos no valor de R\$400,00 reais mensais e a manutenção como dependente no plano de saúde do apelante.

Na Réplica (ID xxxxxxxxxxxx), o apelante alegou que após o devido tratamento, houve a cura do câncer por parte da apelada, não olvidando das sequelas suscitadas, tampouco do risco de “recidiva” apontado no relatório médico apresentado. Esclarece que o quadro apresentado pela apelada enseja direito a auxílio previdenciário e não a obrigação de pensionamento pelo apelante, visto a inexistência do trinômio legal. Concluiu-se pela improcedência do postulado pela apelada no que tange a pensão alimentícia e a manutenção do convênio médico.

A r. sentença de ID xxxxxxxxxxxx, julgou parcialmente procedente os pedidos da apelada, indeferindo o pedido de manutenção como dependente no plano de saúde e condenando o apelante a pagar alimentos mensais fixados de forma vitalícia equivalentes a 15% de seus rendimentos brutos, descontados em folha de pagamento.

O requerente, apelante, manifesta sua discordância dos fundamentos da sentença, nos termos do presente recurso que segue.

IV – PRELIMINARMENTE: JULGAMENTO ULTRA PETITA - NULIDADE DA SENTENÇA

Inicialmente, colhe-se dos autos, que em sede de contestação, a requerida alegou que durante a separação o apelante se propôs a lhe pagar mensalmente o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para que conseguisse custear as despesas básicas, visto que, foi acometida de um câncer de mama, requerendo, por fim, a fixação de alimentos nesse valor.

Acontece que, a r. sentença fixou alimentos a serem pagos mensalmente, equivalentes a 15% dos rendimentos brutos do apelante, de forma vitalícia.

É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objetivo diverso do que lhe foi demandado (art. 492, caput, CPC).

Com a máxima vênia, a r. sentença merece ser declarada nula, pois a lide foi resolvida além dos limites da demanda, ou seja, o juiz se posicionou além do que foi pedido (ultra petita).

Em obediência ao princípio da congruência ou adstrição, a sentença deve guardar conformidade com o pedido e causa de pedir, sob pena de ser considerada ultra e eivar-se de nulidade absoluta e insanável.

Portanto, requer o reconhecimento de julgamento ultra petita, com a consequente decretação de nulidade da sentença hostilizada.

V - DO MÉRITO

V.I - DA EXONERAÇÃO DOS ALIMENTOS

No mérito a r. sentença merece ser reformada, conforme as razões a seguir expendidas.

A lei estabelece sabiamente os parâmetros a serem seguidos para que a prestação de alimentos à ex-cônjuge seja firmada, devendo atender ao binômio necessidade/possibilidade.

Ocorre que, o quadro apresentado pela apelada enseja direito a auxílio previdenciário e não ao pensionamento pelo apelante, vejamos:

A apelada possui cessão de direitos de dois imóveis, onde lhe é garantido o uso e gozo das propriedades. Assim, um imóvel usa para moradia, portanto, não paga aluguel e o outro, localizado na xxxxxxxxxxxx, Conjunto xxxx, Casa 46, xxxxxx, está alugado, garantindo-lhe renda mensal com o fruto da locação.

Ademais, a apelada possui 03 filhas maiores, quais sejam: fulano, com profissão de vendedora, fulana, vigilante, e fulana, assessora parlamentar no gabinete do deputado distrital fulano.

Além disso, na constância do casamento as partes financiaram um imóvel situado na xxxxxx, Conjunto xx, Casa xx, xxxxx. O ágio do imóvel foi vendido por R\$100.000,00 (xxxxxx), repartido igualmente entre as partes, cada uma com a quota parte de R\$ 50.000,00 (xxx).

Acrescenta-se ainda, que a apelada possui um bazar em sua casa, conforme anexos de ID xxxxx, o que lhe garante uma renda extra. Possui ainda, um veículo particular da marca xxxx/ fulano, conforme anexo de ID xxxx, pág. 2.

Além do mais, as partes estão separadas desde maio de 2020, tempo considerável, tornando questionável a dependência financeira da apelada.

Importante mencionar, que a obrigação alimentar entre cônjuges se difere do dever alimentar decorrente do poder familiar, uma vez que aquela deve ser concedida apenas em caráter de excepcionalidade, possuindo a finalidade de amparar o outro até que possa se reorganizar financeiramente.

Saliente-se também, que a obrigação de pagar pensão alimentícia a ex-cônjuge é condicionada à efetiva comprovação da total incapacidade do alimentando em prover o próprio sustento, bem como à ausência de parentes em condições de arcar com o pagamento dos alimentos, o que não acontece no presente caso.

Assim, requer-se o provimento do recurso de apelação para reformar a sentença e julgar procedente o pedido exoneratório da obrigação perpétua de alimentos.

V.II - DA REDUÇÃO DO *QUANTUM* ALIMENTÍCIO

A sentença condenou o apelante ao pagamento de alimentos vitalícios à ex-cônjuge no importe de 15% dos seus rendimentos brutos.

Requer-se, subsidiariamente ao pedido recursal anterior, a redução do valor fixado a título de alimentos, por não corresponder ao trinômio possibilidade, necessidade e proporcionalidade.

Sabe-se que o encargo alimentar deve sempre ser estabelecido de acordo com a capacidade contributiva de quem paga e com as necessidades de quem recebe, mediante critério de absoluta proporcionalidade.

Conforme narrado nos autos, o apelante tem passado por dificuldades financeiras, não possui imóvel próprio e mora de favor na casa do filho, diferentemente da apelada que mora em casa própria, além de auferir renda com o aluguel de outro imóvel que possui.

Assim, além de desnecessário, visto que a apelada consegue auferir renda própria e se encaixa nas condições de receber auxílio previdenciário, é desproporcional a fixação de alimentos equivalentes a 15% dos seus rendimentos brutos.

É de se concluir que, acaso se reserve apenas 5% da renda bruta do apelante, descontadas as frações compulsórias, já haveria aporte suficiente para a alegada necessidade da apelada.

Portanto, a situação financeira precária do apelante não permite arcar com o percentual de 15% dos rendimentos brutos, razão pela qual se requer a redução para 5% dos seus rendimentos brutos.

VI - DO PEDIDO:

Ante todo o exposto, requer preliminarmente, o reconhecimento do julgamento extra petita, com a consequente decretação de nulidade da sentença hostilizada. Caso não seja esse o entendimento, requer no mérito, a exoneração dos alimentos, ou subsidiariamente, a redução do *quantum* alimentício para 5% dos rendimentos brutos do apelante.

Nesses termos, pede conhecimento e provimento.

XXXX.

fulano de tal
Defensor Público